

Inquérito PASC aos Candidatos às Eleições Presidenciais em Portugal 2021

A PASC: Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania tem por objeto dar expressão a questões de interesse nacional, fazendo apelo à mobilização dos cidadãos portugueses para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, individual e colectiva, que contribua para o desenvolvimento e aprofundamento da democracia participativa.

Nessa medida, colocamos a todos os candidatos às próximas Eleições Presidenciais em Portugal o seguinte Inquérito, cujas respostas serão depois publicitadas no nosso portal, procurando assim promover uma cidadania mais consciente.

Os dados recolhidos serão utilizados com o objetivo estrito da comparação das candidaturas à Presidência da República 2021.

As perguntas foram colocadas pelas nossas entidades associadas: AECODE / APDSI / CONFRARIA MARITIMA DE PORTUGAL / LIGA NAVAL PORTUGUESA / EMDIIP / GEOTA / MIL / PROVISEU

Desde já gratos pela atenção dispensada

*** 1. Nome do/a candidato/a)**

<input type="radio"/> Ana Gomes	<input type="radio"/> Marisa Matias
<input type="radio"/> André Ventura	<input type="radio"/> Tiago Mayan Gonçalves
<input type="radio"/> João Ferreira	<input type="radio"/> Vitorino Silva
<input type="radio"/> Marcelo Rebelo de Sousa	

*** 2. Concorda que em Portugal há Estado a mais e Sociedade Civil a menos?**

<input type="radio"/> Não
<input type="radio"/> Depende das áreas
<input type="radio"/> Sim claramente

*** 3. A intervenção associativa assenta muito no número de voluntários - apesar da existência do Estatuto de Voluntariado, qual a sua disponibilidade para influenciar e sensibilizar para o papel social do voluntário associativo?**

<input type="radio"/> Isso não será para nós uma prioridade
<input type="radio"/> O Presidente da República deve influenciar o Governo nesse sentido
<input type="radio"/> O Presidente da República deve, diretamente, valorizar a sociedade civil, promovendo o espírito associativo

* 4. Caso seja eleito, está disponível para exercer o magistério de influência, junto do Governo, para que exista um tratamento fiscal diferenciado das associações conforme a sua natureza de âmbito, a nível regional e/ou nacional, e de acordo com regras que possam ser contabilizadas em função do número de trabalhadores em funções efetivas?

- Não é matéria em que o Presidente da República se deva envolver
- Concordo, através, por exemplo, da delegação de poderes de acompanhamento e fiscalização ao nível autárquico e/ou regional
- Opção 3Sim, sendo que, para além disso, o Presidente da República pode e deve estar atento e estudar outras variáveis fiscais que atendam à diversidade associativa

* 5. Concorda com a abertura da Assembleia da República a movimentos de cidadãos não constituídos como partidos políticos?

- Não
- Sim, desde com regras estritas - por exemplo, com listas apresentadas num número mínimo (a fixar) de círculos eleitorais
- Concordo o mais possível

* 6. Quanto ao processo de regionalização, qual a sua posição?

- Não concordo com esse processo, que, de resto, deveria ser retirado da Constituição
- Concordo apenas com um maior descentralização de competências para as autarquias locais
- Concordo com o processo de criação de regiões, eventualmente com base nas designadas "Nuts III"

* 7. Concorda que continua a haver um grande desequilíbrio entre o litoral e o interior do país?

- Não me parece que haja um grande desequilíbrio
- Concordo e agirei para o minorar
- Essa será uma das minhas maiores prioridades

* 8. Como vê a falta de aposta na melhoria das acessibilidades, nomeadamente de uma ferrovia transversal que contemple o interior do País (entre Coimbra e Viseu, por exemplo) e que permita a ligação internacional em bitola europeia?

- Portugal já gastou o suficiente em transportes
- Relativamente prioritário
- Muito prioritário

* 9. Como considera o papel do Presidente da República na promoção da educação cívica e ambiental e dos comportamentos responsáveis em relação ao ambiente natural e construído?

- Já há suficiente educação cívica e ambiental
- O Presidente da República deve influenciar o Governo nesse sentido
- O Presidente da República deve, diretamente, promover esses valores

* 10. O atual Governo Português estabeleceu como uma de suas prioridades a transição digital, com foco em competências digitais, digitalização das empresas, start-ups etc. Levando em consideração os benefícios e potenciais riscos dessa crescente transformação, com um aumento considerável de automação e uso de inteligência artificial, como considera o papel do Presidente da República na evolução da transformação digital do nosso país?

- Essa não será para o Presidente da República uma prioridade
- O Presidente da República deve acompanhar e influenciar o Governo para minimizar os impactos negativos da transformação digital
- O Presidente da República deve tomar iniciativas de mobilização dos poderes públicos e da sociedade civil para minimizar os impactos negativos da transformação digital

* 11. Qual a sua opinião sobre o impacto das corporações tecnológicas transnacionais e da utilização massiva das redes sociais, para os cidadãos e liberdade de expressão, para a soberania dos estados e para o funcionamento da democracia?

- A democracia e a soberania do nosso país não estão em risco com a revolução digital
- A ameaça digital à democracia e à soberania do nosso país preocupam-me
- A ameaça digital à democracia e à soberania do nosso país preocupa-me e irão ser prioridades do meu mandato

* 12. As Presidências Abertas foram utilizadas por alguns predecessores como instrumento de influência junto de outras instituições e como instrumento de aproximação e chamada de atenção em relação às necessidades sentidas pelas populações em termos de desenvolvimento económico, social e ambiental. Essa prática será recuperada no seu mandato, caso venha a ser eleito/a?

- Não o antevemos
- Talvez, em casos muito específicos
- O mais possível

* 13. A aposta nos nossos recursos marítimos tem sido reiteradamente apontada como um desígnio estratégico, nomeadamente quanto a estes itens: Modernização e internacionalização dos nossos portos, com vista a utilizar o território nacional como porta de acesso a passageiros embarcados, nomeadamente em cruzeiros, e placa giratória de mercadorias para consumo interno e destinadas a outros mercados; Ligação da Indústria do Turismo ao Mar; Promoção da Náutica de Recreio e outras atividades de lazer ligadas ao Mar; Gestão da fileira das pescas e indústria de transformação, bem como desenvolvimento ordenado da aquacultura e indústrias conexas; Aproveitamento dos recursos marinhos não vivos, essencialmente minerais (petróleo, gás natural, sulfuretos polimetálicos, crostas de cobalto, entre outros); Fomento da indústria biotecnológica e farmacêutica com recursos marinhos; Apoio às indústrias da construção e reparação naval, e indústrias associadas. Genericamente, considera que...

- Já há suficiente aposta nessa área
- O Presidente da República deve influenciar o Governo nesse sentido
- O Presidente da República deve, diretamente, promover essa aposta

* 14. A seu ver, em que medida a aposta de Portugal na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) se equipara, no plano estratégico, à aposta na União Europeia?

- É menos importante
- É tão importante uma quanto outra
- É ainda mais importante (a aposta de Portugal na CPLP)

* 15. Recentemente, o MIL: Movimento Internacional Lusófono, entidade que integra a PASC, em Declaração Oficial, exortou o Governo da República de Moçambique a solicitar o empenhamento de toda a CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de modo a, no imediato, pacificar o território, bem como (ponto não menos importante) a promover, com esse apoio internacional, um maior desenvolvimento da região, para benefício de toda a população aí residente. Concorda com esta exortação?

- Não concordo, por considerar que Portugal não se deve envolver, de todo, nesta questão
- Não concordo, por considerar que Portugal apenas se deve envolver nesta questão por mediação da União Europeia
- Concordo por inteiro, devendo Portugal aceitar qualquer pedido de apoio de Moçambique

* 16. Sustentam algumas vozes que Portugal é um país “estruturalmente racista”. A este respeito, em que resposta se reconhece mais?

- Portugal é um país mais racista do que a generalidade dos outros países da União Europeia
- Portugal é um país tão racista quanto a generalidade dos outros países da União Europeia
- Portugal é um país menos racista do que a generalidade dos outros países da União Europeia

* 17. No mundo global em que vivemos, continua a ser mais fácil a circulação dos capitais do que das pessoas, nomeadamente entre os países lusófonos. A este respeito, considera que...

- No que a Portugal diz respeito, reconhecemo-nos, no essencial, no quadro jurídico da União Europeia
- Consideramos que, dentro desse quadro jurídico, Portugal deve promover uma maior circulação de pessoas, nomeadamente entre os países lusófonos
- Portugal deve apostar, gradualmente, no “Passaporte Lusófono”, visando a livre circulação de pessoas entre os países lusófonos

* 18. Ordene de 1 a 9 as seguintes áreas que mais devem preocupar o nosso país e em particular a Presidência da República nos próximos anos (de 1 - Prioridade mínima a 9 - Prioridade Máxima)

* 19. Ordene de 1 a 8 as seguintes grandes causas que mais devem preocupar o nosso país e em particular a Presidência da República nos próximos anos (de 1 - Prioridade mínima a 8 - Prioridade máxima)